



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Data da reunião: 24/05/2023

Presidente: Senador Paulo Paim

Item	Identificação da matéria
1	REQ 40/2023 - CDH Ementa: Requer debate sobre a criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, que será objeto de futuro Projeto de Lei, com vistas a cumprir o disposto no art. 4º da Lei 12.345 de 2010 Autoria: Senador Flávio Arns

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PLS 268/2017 Ementa: Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais. Autoria: Senador Paulo Paim [tramitação] Não Terminativo	Senadora Augusta Brito	Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.	O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para restaurar a redação do art. 58-A anterior à reforma trabalhista de 2017, de modo a restabelecer a duração máxima de 25 horas semanais para a jornada a tempo parcial, com salário proporcional. Também fica vedada a possibilidade de prestação de jornada extraordinária no referido regime. A relatora propõe a aprovação na forma de emenda substitutiva, que promove adequação da técnica legislativa, sem alterações de mérito. Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS. - Em 17/05/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Data da reunião: 24/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PLS 271/2017 Ementa: Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador. Autoria: Senador Paulo Paim [tramitação] Não Terminativo	Senadora Eliziane Gama	Favorável ao projeto.	O projeto retira da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispositivo, inserido pela reforma trabalhista de 2017, que dispõe sobre a extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, com redução, pela metade, das verbas relativas ao aviso prévio e à indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O dispositivo que se pretende retirar ainda faculta ao empregado movimentar até 80% do saldo de sua conta do FGTS e não autoriza o ingresso do trabalhador no Programa de Seguro Desemprego. Tramitação: CDH, CAE, CCJ e terminativo na CAS. - Em 17/05/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.
4	PLS 282/2017 Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial. Autoria: Senador Paulo Paim [tramitação] Não Terminativo	Senador Flávio Arns	Favorável ao projeto.	A proposição tem por objetivo determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada para alimentação e repouso enseja a remuneração integral do período suprimido, com acréscimo de 50% e natureza salarial. Tramitação: CDH, CAE, CCJ e terminativo na CAS; - Em 17/05/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.
5	PL 247/2022 Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para disciplinar a acessibilidade nas plataformas de conteúdos audiovisuais por demanda e nas plataformas de distribuição de vídeo pela internet. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Romário	Favorável ao projeto.	O PL altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) para que as medidas de acessibilidade nele previstas em serviços de radiodifusão de sons e imagens passem a ser disponibilizadas pelas plataformas de conteúdos audiovisuais por demanda e pelas plataformas de distribuição de vídeo pela internet. Tramitação: CDH e terminativo na CCT.

Data da reunião: 24/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	SUG 1/2021 Ementa: Dispõe sobre o direito de brasileiros possuírem e portarem armas de fogo livremente Autoria: Programa e-Cidadania [tramitação] Não Terminativo	Senador Humberto Costa	Pela rejeição da sugestão.	A Sugestão propõe que brasileiros tenham o direito de possuir e portar armas de fogo livremente. O relator manifestou-se pela rejeição da Sugestão por não ser compatível com o ordenamento jurídico vigente e não estar em compasso com a política de segurança pública em vigor. Considerou que a importação simples de legislação estrangeira, como defende a Sugestão, baseada na Segunda Emenda da Constituição Americana, não se coaduna com a realidade brasileira, principalmente porque a Constituição Federal e a legislação ordinária impõem uma série de medidas restritivas para a posse e o porte de arma de fogo. Tramitação: CDH.
7	SUG 9/2021 Ementa: "Dispõe sobre o fim do Estatuto do Desarmamento". Autoria: Programa e-Cidadania [tramitação] Não Terminativo	Senador Humberto Costa	Pela rejeição da sugestão.	A Sugestão objetiva o fim do Estatuto do Desarmamento. O relator propõe a rejeição da Sugestão, apontando que parte das demandas veiculadas na ideia legislativa já se encontra em vigor, a exemplo, a possibilidade de aquisição de armas de fogo, desde que cumpridos os requisitos existentes na legislação. Destacou que eventual garantia irrestrita da posse e do porte de armas de fogo pela população brasileira, como propõe o autor, necessitaria de uma emenda à Constituição. Tramitação: CDH.
8	SUG 19/2021 Ementa: "Dispõe sobre a isenção permanente do imposto de renda (IR) para dividendos de FIIs, FIAGRO e FIP-IE". Autoria: Programa e-Cidadania [tramitação] Não Terminativo	Senador Alessandro Vieira	Pela rejeição da sugestão.	A Sugestão propõe isenção permanente de imposto de renda (IR) aos fundos de investimento imobiliário (FIIs), aos fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais (Fiagro) e aos fundos de investimentos em participações de infraestrutura (FIP-IE). O benefício fiscal somente poderia ser retirado mediante plebiscito. O relator propõe a rejeição, observando que a Sugestão pretende alterar a legislação tributária para afastar do controle dos legisladores a apreciação da conveniência e oportunidade da concessão ou retirada de um determinado tratamento tributário concedido a tipos específicos de investimento. Considera não ser razoável a exigência de plebiscito para cancelamento do benefício eventualmente concedido e aponta que a ideia não encontra paralelo na legislação brasileira. Registra, por fim, que a matéria poderá ser discutida na reforma tributária. Tramitação: CDH.

Data da reunião: 24/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	SUG 21/2021 Ementa: "Dispõe sobre a livre escolha de ficar sem ser vacinado". Autoria: Programa e-Cidadania [tramitação] Não Terminativo	Senador Humberto Costa	Pela rejeição da sugestão.	Sugestão intitulada "Livre escolha de ficar sem ser vacinado contra covid-19", invocando-se a autonomia e o direito à livre escolha. O relator propõe a rejeição da Sugestão, apontando, entre outros motivos, que a vacinação compulsória foi autorizada pelo art. 3º, III, d, da Lei n 13.979/2020, diploma legal que vigorou desde sua publicação e teve sua vigência estendida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) até o final da pandemia. A discussão se encontra superada por reiteradas decisões do STF sobre a constitucionalidade da obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, bem como pelo fato de vigência da referida lei já ter terminado, o que leva à perda de objeto de qualquer proposição que intente revogá-la. Tramitação: CDH.

Item	Identificação da matéria
10	REQ 41/2023 - CDH Ementa: Requer a realização de audiência pública, no mês de junho, para instruir parecer relativo ao Projeto de Lei nº 503, de 2020, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autoria: Senadora Damares Alves
11	REQ 42/2023 - CDH Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de combate ao racismo no futebol. Autoria: Senador Paulo Paim

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.